



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 61 - 2ª Quinzena de novembro de 1993 - CR\$ 50,00 - solidário CR\$ 100,00

Avança a crise política.

**Que as esquerdas rompam com a política de CPI pra valer,
seguidista ao reformismo,
e com o democratismo da antecipação das eleições.**

**Que se coloquem por denunciar a manobra da CPI e chamem a
convocação dos Tribunais Populares**

**Vem aí mais um passo do plano
econômico, que vai atacar os salários:**

**Campanha nacional de lutas para
enfrentar o arrocho!**

**EM DEFESA DO
PROGRAMA PROLETÁRIO
PARA A SAÚDE**

**Propriedade privada da terra abre caminho para
reconstruir burguesia na Rússia**

O recente decreto que restabelece a propriedade privada da terra na Rússia dá um enorme passo para a restauração capitalista. Até antes disso, a propriedade da terra ainda estava nas mãos do estado e era uma conquista da Revolução de Outubro. Agora, os membros da burocracia ex-estalinista poderão adquirir a propriedade da terra e utilizá-la como meio de produção capitalista. A medida cria condições para a reconstrução de uma burguesia proprietária da terra.

Um dos maiores obstáculos para a restauração capitalista é a hegemonia da propriedade coletiva, estatizada, na economia russa. A restauração capitalista depende do restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção de forma hegemônica no país. As dificuldades para realizar a privatização massiva estão: a) nas divisões da própria burocracia, dividida entre a ala que ainda busca se apoiar na propriedade coletiva e a mais entreguista e mais próxima de tornar-se proprietária; b) na resistência das massas aos ataques às suas condições de vida, causadas pela política restauracionista.

O golpe de Yeltsin tenta utilizar a força militar do Estado para suplantar esses obstáculos. Assim, inicia um processo de aceleração das reformas pró-capitalistas e a restauração da propriedade coletiva da terra é fundamental nesse sentido. Não pode haver capitalismo sem burguesia, que define-se como

proprietária dos meios de produção, incluindo a terra.

Trata-se de um dos mais importantes passos dados pela burocracia rumo à reedificação do Estado burguês. O fato da economia russa ainda estar majoritariamente sob controle estatal ainda coloca a necessidade de defender as conquistas da Revolução Russa através da derrubada da burocracia do poder do Estado e restabelecimento da ditadura do proletariado, que pressupõe a democracia operária e o controle da produção pelas massas. A isso chamamos de Revolução Política. Mas a restauração capitalista tem ganhado grande impulso. O restabelecimento de uma burguesia e a implantação da produção capitalista de forma hegemônica significará uma mudança qualitativa da situação. Este é o processo em curso, que a ditadura sangrenta de Yeltsin procurará avançar. A vitória da contra-revolução, que não acontecerá pacificamente como demonstram os recentes acontecimentos na Rússia, implicará na necessidade de uma nova revolução social, o que ainda não se completou, como querem algumas correntes de esquerda. O proletariado russo e do mundo todo está chamado a lutar contra esse enorme retrocesso histórico que é a restauração capitalista no primeiro país a realizar a revolução proletária.

Defendamos a revolução proletária e a destruição da restauração pró-imperialista!

O que revelam os escândalos de corrupção?

Os depoimentos dos acusados de corrupção da Comissão de Orçamento vêm demonstrando que não se trata de um ato individual, mas sim da existência de uma rede bem articulada de saque do dinheiro público. Esta revelação tem aterrorizado

a CPI e os partidos. Isto porque se a CPI fosse levar a fundo as investigações teria dela própria se condenar, pois seus membros tomam parte direta ou indiretamente das quadrilhas do Congresso Nacional.

Os acusados volta e meia se referem que os crimes cometidos por eles são na verdade praticado por muita gente. Foi o que Genebaldo Correa, líder do PMDB na Câmara, disse na CPI, quando justificou que a fábula que possui vem de sobras de doações de campanha eleitoral. Desafiou a se apontar quem não tem culpa. Citou inclusive uma entrevista de Lula a respeito das doações financeiras para candidatos. O facinora Genebaldo fala com conhecimento de causa. Não existe um só partido, vinculado ao Estado burguês e dependente de eleições para sobreviver que não recebe dinheiro de grupos econômicos para se manter no poder. Observem que quem pode financiar candidaturas é o capitalista, aquele que explora os trabalhadores. Não é por acaso que tem surgido a cada passo da investigação as empreiteiras, grandes empresas industriais, usineiros, etc. So-

mente um ingênuo ou estúpido não saberia que quem dá dinheiro espera receber a recompensa, bem maior do que a doação.

O escândalo atingindo amplamente os partidos, por enquanto o PMDB, PPR, PTB, PFL, PDC, PSB, etc (e não esqueçamos que Fernando Henrique Cardoso do PSDB foi recentemente acusado e contra o PT se abriu uma outra CPI através da CUT) expõe a natureza da política burguesa, que é o fato dos partidos e seus representantes parlamentares estarem submetidos em maior ou menor grau aos grupos empresariais. Revela a farsa do chamado mandato popular, que na verdade corresponde ao mandato dos interesses dos exploradores das massas.

A corrupção é apenas uma consequência inerente ao Estado e aos partidos burgueses. O Estado, na sua essência, é um comitê de gerenciamento dos negócios dos capitalistas contra a vida da maioria trabalhadora. Nenhum partido ou político poderá deixar de participar deste gerenciamento, uma vez que se integre nas relações políticas e administrativas do Estado.

O discurso do ex-presidente José Sarney ameaçando abrir seu arquivo, que contém milhares de documentos comprovatórios de corrupção, atesta esta caracterização. Esta aí porque a CPI não poderá ir mais além da cata de uns poucos parlamentares, que não tem como se safar das monumentais acusações feitas pelo funcionário José Carlos Alves dos Santos. Não poderá revelar às massas a rede de corrupção que liga Ibsen Pinheiro à Quércia, Fiuza à Sarney, o PMDB ao PFL e ao PPR, etc.

Democracia e corrupção

Os partidos, imprensa, Igreja, Gerais, direitistas e reformistas têm explicado que a democracia é que permite investigar a corrupção. O regime democrático se fortalece à medida que pune os culpados e imponha o império das leis. A necessidade de convencer as massas exploradas de que nem todos são corruptos e que a corrupção é uma exceção advém da contingência do Estado manter as ilu-

sões democráticas dos famintos, que de tempos em tempos elegem o Presidente, Governadores, Prefeitos e Parlamentares.

Na democracia burguesa, os trabalhadores elegem os representantes dos exploradores, que administra o Estado em função da exploração do trabalho. A demonstração pública de que milhões e milhões de dólares são esbanjados e desviados se choca com a situação de miséria da maioria. Estes são os partidos e parlamentares que impõem a lei salarial de fome, sustentam um salário mínimo de indigência (60 dólares), que pretendem acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e com a estabilidade do funcionário público, etc.

Na época da ditadura militar, explodiram inúmeros escândalos de corrupção. O próprio Quércia colaborou com generais ditadores para que seu mandato não fosse cassado por corrupção. O general Geisel, por sua vez, utilizou as informações do SNI sobre parlamentares da oposição burguesa (MDB) para obter apoio no Congresso Nacional. Agora, na chamada democracia se revela que a Comissão de Orçamento é palco de desvio monumental de dinheiro. Os representantes da antiga oposição democrática continuam envolvidos com a corrupção. Isto indica que tanto no regime totalitário quanto no democrático burguês a corrupção anda solta.

A diferença está em que a ditadura se baseia nas armas contra o movimento dos explorados e por isso pode muito bem manter em sigilo as falcatruas do Estado. Na democracia, os partidos em funcionamento dependem do voto dos explorados e devido as lutas internas as denúncias de corrupção vem a luz do dia. Se sob a ditadura ferrenha se abafa a corrupção, na democracia se procura limitá-la a alguns bodes expiatórios, para que as massas não enxerguem a rede de manipulação burguesa e continuem a acreditar nos seus escravizadores.

Temos de lembrar que o golpe militar de 1964 levantou a bandeira de saneamento da corrupção. E que antes o presi-

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970**



dente Jânio Quadros foi eleito com símbolo da vassoura. Depois disso o país passou pela denúncia da profunda corrupção do regime militar e agora se encontra estarrecido com a máfia dos partidos patronais, sejam da antiga oposição democrática sejam dos antigos defensores da ditadura militar.

Este é o fio da história da corrupção, que na verdade é o fio da história da dominação da minoria capitalista sobre o Estado e sobre a maioria trabalhadora. Mais uma vez repisamos

que a corrupção é própria do regime capitalista de exploração do trabalho. Para liquidá-la é preciso que os trabalhadores deixem de confiar nos partidos burgueses e na farsa democrática e que destruam o capitalismo, implantando em seu lugar o sistema econômico socialista. Os golpistas dirão que é necessário a volta dos militares para moralizar o país. Os demagogos democratas dirão que é necessário fortalecer as instituições democráticas para restabelecer a ética e a honestidade. Qualquer uma dessas variantes significa

perpetuar a corrupção e o poder dos capitalistas sobre as massas.

A via dos famintos, os únicos que não têm nenhum envolvimento com a máfia burguesa e que pagam com suas vidas os esbanjamentos da riqueza nacional, é a da revolução proletária, que instituirá um governo operário e camponês e expropriará os meios de produção (fábricas e terras latifundiárias), o capital financeiro e comercial.

Só as massas podem combater a corrupção Convocar os Tribunais Populares

Os partidos e seus políticos burgueses não podem acabar com a corrupção porque são parte dela. Somente os explorados, na luta direta contra a opressão de classe, poderão investigar a fundo, julgar e eliminar a corrupção. Porém, não se trata das massas dispersas. É preciso construir uma organização de luta apropriada para a situação. Esses organismos são os Tribunais Populares.

Os Tribunais Populares devem ser formados a partir das fábricas, bairros operários, campo, escolas e outros locais de trabalho. Através de assembléias se deve discutir a corrupção e seu vínculo com o domínio burguês do Estado. O que deve estar em julgamento não é apenas a responsabilidade individual de um ou outro parlamentar, mas os partidos, o Parlamento, os governos e os grupos econômicos. Deve se estabelecer o vínculo entre a corrupção, a exploração do trabalho, a política econômica antinacional e antipopular e a miséria dos trabalhadores. Af está a razão porque somente os explorados têm interesse em apurar a corrupção com todas suas conseqüências e trabalhar por liquidá-la.

Quem tem condições de mobilizar os oprimidos, convocar as assembléias e organizar os Tribunais Populares? Justamente a CUT, sindicatos, associações de bairro, UNE e o movimento camponês. Entretanto, estas medidas não vêm sendo tomadas porque as direções destes organismos se encontram comprometidas com a democracia burguesa, ou seja, com o parlamento corrupto e com o método eleitoral de fazer política. Tanto é que a bandeira levantada pelo PT, PCdoB e burocracia sindical reformista é a da "CPI para valer". O que significa manter as massas como expectadoras passivas, à mercê do controle das informações pelo parlamento, das denúncias mutiladas pela imprensa burguesa e, enfim, conservar o poder de decisão nas mãos dos partidos corruptos.

Está colocado para a vanguarda proletária consciente denunciar a capitulação das direções que controlam os organismos das massas. Com a bandeira de convocação dos Tribunais Populares e de defesa das reivindicações dos trabalhadores, devemos lutar no interior do movimento operário e popular. O objetivo é o de ajudar os oprimidos a se emancipar das ilusões burguesas, alimentadas pelo reformismo e burocratas sindicais. É necessário que a classe operária passe a confiar em suas próprias forças e lute para fazer da CUT e de todos organismos classistas um instrumento antiimperialista e anticapitalista. Esta é a via concreta para se combater a exploração e a corrupção que dela advém.

A T.POR vem levantando sistematicamente a bandeira dos Tribunais Populares, vinculados às reivindicações vitais (salário mínimo real, escala móvel de reajustes, emprego a todos, etc), como meio de organização do movimento independente dos explorados e de combate à falsa via democrático-burguesa. O pequeno desenvolvimento do partido revolucionário ainda não permite potenciar uma fração do proletariado para projetar a luta da maioria oprimida. Chamamos todas as correntes, que se reivindicam do movimento operário, a romperem com o democratismo ou com o palavreado esquerdista vazio e se colocarem por uma campanha pelos Tribunais Populares.

As esquerdas que se mantêm submissas ao reformismo petista propõem como via a dissolução do Congresso e antecipação das eleições gerais. Ou seja, querem fazer crer que os mecanismos da democracia burguesa servem de instrumento para liquidar com a corrupção e com a situação de miséria dos trabalhadores. Não têm como esconder que este caminho objetiva a eleição de Lula e a chegada do PT no poder do Estado. Justamente,

os reformistas e burocratas do PT estão metidos até o pescoço no parlamento corrompido e na legalidade da CPI oligárquica.

Estas correntes (PSTU, Causa Operária, O Trabalho, etc) defensoras das eleições gerais, nas condições de crise da própria democracia burguesa, substituem a luta direta das massas pelo mecanismo forma do voto. Esta política não leva o proletariado a emancipar da burguesia, confiar em suas próprias forças e se aglutinar em torno de um programa de luta. Ao contrário, a bandeira dos Tribunais Populares se contrapõe as instituições burguesas e se constitui em organismos de luta de massa contra o Estado, seus partidos e a miséria.

O rompimento destas correntes com as ilusões democráticas, mascaradas pelo esquerdismo, permitiria potencializar concretamente a bandeira dos Tribunais Populares, que poderia se transformar de bandeira propagandística em agitada no meio operário e popular. Assim, a T.POR chama o PSTU, Causa Operária, O Trabalho, etc a se desvincularem do reformismo petista e se lançarem pela formação dos comitês de luta pró-Tribunais Populares.

Nacional



CPI sobre a CUT

Dada a luta intestina no aparato do Estado e em torno das eleições presidenciais que se avizinham, o deputado malufista Esperidião Amin (PPR) colheu assinaturas para se formar uma CPI de investigação do dinheiro da CUT e seu vínculo eleitoral com o PT.

Este crápula se apóia no escândalo ocorrido no sindicato metalúrgico de Manaus, que financiou o PT nas eleições. Também usa o argumento de que a CUT recebe dólares externos e que estes são repassados para o PT.

Há pouco tempo Meneguelli e o senador Suplicy levaram ao Congresso Nacional os livros de contabilidade da CUT para prestar contas aos partidos burgueses. Fizeram isso como um gesto de demonstração para a burguesia que na CUT não existe corrupção. O Sr. Esperidião respondeu que através de contabili-

dade não é possível se descobrir nada. A CUT chegou a acenar com a quebra de seu sigilo bancário e de seus diretores.

A quem a CUT deve prestar contas? Não ao parlamento burguês e sim as massas trabalhadoras. Que existe corrupção na cúpula da burocracia sindical não há dúvida. Isto porque a burocracia é parte do sistema capitalista e ocupa um papel de casta parasitária. Não há nada que estranhar o fato da CUT receber financiamento da social-democracia européia, porque sua casta dirigente se constituiu numa correia de transmissão da política burguesa social-democrata. Por isso, quem deve acertar as contas com os burocratas são os próprios trabalhadores, que dão seu sangue na produção e carregam nas suas costas também a burocracia parasitária.

A CUT é um organismo das massas e não do Estado burguês. A integração da CUT no Estado e na política eleitoral burguesa, que exige milhões de dólares para as campanhas eleitorais, é de responsabilidade dos burocratas reformistas, vinculados ao PT. A corrupção na cúpula sindical não prejudica a burguesia, pelo contrário, está de acordo com seus interesses e com a necessidade de anular os organismos de massa como feramenta de destruição do capitalismo. A

corrupção da burocracia e o desvio de dinheiro para o eleitoralismo fortalecem o campo burguês e enfraquece a luta revolucionária.

Por que é então que a burguesia pede a CPI da CUT? Justamente porque o PT se constituiu numa força política para disputa eleitoral no campo burguês. Qualquer político sabe que sem grossos recursos não se pode ganhar eleições. Como é que Lula e sua comitiva poderiam fazer suas andanças por todo o país, e mesmo fora do Brasil, sem muito dinheiro? Então vemos que a CPI contra a CUT é um reflexo da disputa eleitoral para a presidência da república. A burguesia aproveita este fato para desmoralizar a CUT como organização proletária. Vemos que a burocracia petista faz duplo favor aos capitalistas. De um lado, corrompe os organismos sindicais com a política eleitoral; e, de outro, favorece uma intervenção do Congresso corrupto na vida da CUT.

Nós trabalhadores e militantes revolucionários devem exigir a formação de um Tribunal Popular, que investigue a fundo todas as denúncias e puna os responsáveis. Nesta luta rejeitar qualquer ingerência do poder burguês nos organismos das massas.

A CPI e as esquerdas

Com o agravamento da crise política, ganhou força entre as correntes o apoio à CPI do orçamento, que apura a corrupção dos parlamentares. Chamaram-se atos e passeatas que tiveram como eixo "CPI pra valer".

A CPI é uma manobra para punir apenas alguns corruptos mais descuidados e livrar a cara da maioria dos parlamentares, também corrupta, que depois será apresentada como honesta. Depois da farsa, continuarão com a revisão constitucional para atender às pressões do FMI e ainda colherão os frutos eleitorais da encenação na CPI. E a corrupção prosseguirá, pois é parte constitutiva do Estado burguês e enquanto ele existir ela continuará.

A posição das correntes de apoiar a CPI é um seguimento à política burguesa. Alimentar qualquer ilusão na CPI é ajudar a burguesia a contornar a atual crise. E a impor o neoliberalismo através da revisão constitucional.

As direções do movimento estudantil já estão tentando seguir essa via. Já realizaram atos e passeatas nos mesmos moldes, mas com bem menos adesão, que as do "Fora Collor" do ano passado. Pretendem canalizar o descontentamento para a CPI e ganhar apoio eleitoral para seus candidatos em 1994. Defendem inclusive a antecipação de eleições, que não seria uma solução de todo ruim para a burguesia, já que ajudaria a contornar a crise política e a impopularidade do governo Itamar. Trata-se de uma saída reacionária, porque desvia as massas da luta direta para o jogo institucional, controlado pela burguesia.

Qual a posição da Convergência Socialista? Gradella confessa...

Quando procuramos saber qual a posição da CS em relação à CPI ficamos primeiramente confusos. Em seu

jornal de 11 a 17/11/93 vemos que critica a CPI: "para a CPI ir até o fim, teria que atacar, incriminar e questionar seriamente todas as instituições do regime político da burguesia e os corruptores, ou seja, os empresários.[...] o PSTU não se une aos dirigentes do PT e do PCdoB que encham a boca para pedir CPI até o fim."

Ora, mas o que defende o PSTU então? Vamos encontrar a resposta em uma entrevista de Gradella, deputado do PSTU, falando de sua emenda de antecipação das eleições gerais: "[...] apresentamos um requerimento a CPI propondo que as organizações dos trabalhadores e dos setores médios, OAB, CUT, ABI, UNE, SBPC entre outras pudessem participar da CPI com os mesmos direitos dos deputados para evitar possíveis manobras na apuração dos corruptos [...]" Ou seja, a CS defende a ampliação da CPI aos trabalhadores e "setores médios". Será que, com a participação dessas entidades, a CPI irá fundo na "apuração dos corruptos"? Para Gradella, "só teremos a punição rigorosa dos corruptos e corruptores e a antecipação das eleições gerais se houver a participação ativa do povo nas ruas. Isso não é defender uma "CPI pra valer"?

A CS é incapaz de ser conseqüente na denúncia da CPI. Isso implicaria em denunciar as instituições burguesas no seu conjunto (inclusive as eleições, tão estimadas no seu valor "revolucionário" pelos morenistas), e em contrapor a mobilização e as organizações das massas a elas. No caso da corrupção burguesa, em apontar que a CPI é uma farsa, uma manobra, e opor a ela os tribunais populares. A incapacidade da CS de diferenciar da politicagem burguesa ou pequeno burguesa nesse episódio é mais uma prova de que trata-se de uma corrente que não tem nada a ver com o marxismo revolucionário.



Genebaldo confessa corrupção burguesa

A confissão de Genebaldo Correa, líder do PMDB na Câmara, de que de fato recebeu milhões de dólares de amigos e colaboradores para suas campanhas eleitorais, e a acusação de que todos ali no Congresso fazem o mesmo mostra como a democracia burguesa se apóia no poder econômico e na corrupção. Genebaldo confessa que só pode fazer campanha eleitoral para ganhar quem contar com apoio do poder econômico. Ou seja, o parlamento é uma instituição burguesa que se apóia na corrupção e no poder econômico.

Para se eleger, seja parlamentar ou do executivo, o candidato tem que se comprometer com o poder econômico. Por isso, todo governo ou parlamento no capitalismo será um instrumento da burguesia. Por isso os trabalhadores precisam destruir o Estado burguês para construírem a democracia operária.

Mas ainda tem corrente que se diz marxista que acha que as eleições podem mudar o país e levar até a um governo dos trabalhadores...

Como o governo pretende diminuir a inflação: atacando os salários.

Depois de unificar o câmbio do dólar, o governo dá sinais de mais um passo no plano econômico: é praticamente certo que fixará um novo indexador para a economia, que, se não for o próprio dólar, estará baseado nele.

A idéia do governo é a seguinte: estabelecer um novo índice para medir a inflação e aplicar aos contratos, salários, poupança etc. Ao invés de se basear na inflação passada seria medido pela inflação atual, determinada pelo governo num valor menor que o da inflação passada. A cada mês o governo baixaria um pouco o índice, que faria a inflação cair após alguns meses. Só seria obrigatório para salários, poupança, FGTS e contratos novos. Os empresários, comerciantes e banqueiros poderiam aderir voluntariamente ao novo índice. O que de fato vai acontecer?

Os empresários, comerciantes e banqueiros vão continuar fixando preços e taxas acima do índice do governo, maquiados no valor nominal. Quem vai sair

perdendo de verdade são os assalariados, que terão reajustes ainda mais abaixo da inflação real, rendimentos na poupança menores que a inflação real e FGTS desvalorizado, por exemplo. Pior ainda: Fernando Henrique pretende reajustes salariais semestrais, e, depois da chamada "paulada" na inflação (congelamento, nova moeda), salários fixados pela média real dos últimos meses. Ou seja, mais arrocho.

Enquanto aplica o novo índice, pretende realizar ajuste fiscal: aumentar impostos (já aumentou o IOF), cortar verbas do orçamento etc.

O governo mente quando diz que fará isso para reduzir a inflação. A inflação não é causada unicamente pelo déficit público, que aliás este ano não existiu, e sim pelo controle dos monopólios e do capital financeiro sobre a economia. O que o governo não diz é que o ajuste fiscal é para criar condições de pagar os compromissos da dívida interna e externa com os capitalistas daqui e de fora do país. Às

custas dos trabalhadores.

O chamado do governo para que os trabalhadores colaborem pois com inflação baixa os salários melhorarão é mais uma enganação. Os salários só melhoram se existir a luta coletiva e unitária pelo salário mínimo real e pela escala móvel de salário.

As organizações operárias e populares precisam preparar o movimento para enfrentar o ataque que está por vir. Cabe à CUT encabeçar essa luta. Os sindicatos, associações e as outras entidades precisam chamar as assembleias para organizar a luta.

Campanhas Salariais sufocadas

A crise política aberta com os escândalos de corrupção no congresso paralisaram momentaneamente a revisão constitucional. A burguesia mostra-se profundamente dividida. Estavam colocadas as condições para o movimento operário avançar sua luta e impor reivindicações importantes através das campanhas salariais de mais de 2 milhões de operários com data-base em 1º de novembro. Dada a divisão da burguesia, seria mais difícil a atuação repressiva. O movimento poderia inclusive se chocar com a corrupção burguesa e levantar a apuração e julgamento real da corrupção burguesa através dos tribunais populares e se contrapor à burguesia enquanto classe. Mas isso não ocorreu.

O que aconteceu foi que as direções dos sindicatos

e das centrais se colocaram por não agravar a luta de classes para não desestabilizar as instituições democráticas. Preferiram abafar as campanhas, assinar acordos miseráveis que não repõem as perdas nem estabelecem o reajuste mensal automático.

Por causa da colaboração de classe das direções os trabalhadores perderam uma chance de avançar e conquistar melhores condições de salário e emprego.

É a isso o que leva o reformismo nas direções das organizações de massas. Ao invés delas funcionarem como instrumentos de ação, tornam-se instrumentos de paralisia.

A tarefa colocada é a construção de novas direções, baseadas num programa de independência de classe.

Nacional



Um programa de classe na Saúde

A situação da saúde em São Paulo é extremamente grave. Nas portas dos postos de saúde e hospitais é comum encontrar cartazes dizendo: "faltam pediatras, neurologistas, clínicos gerais, etc" ou então: "Atenção: Por falta de médicos e enfermagem só atenderemos emergências". O retrato dos corredores dos hospitais é uma prova contundente do sucateamento, pois os pacientes se encontram enfileirados nas macas, bancos e até no chão. As filas para o atendimento são monumentais. Já é corriqueiro o doente atravessar a noite à espera de atendimento.

O saguão de entrada do prédio do Hospital Jabaquara se tornou um alojamento de doentes. Uma internação nesse local pode demorar até 15 dias. Os pacientes, que aguardam nas macas, não podem ser levados às enfermarias porque não há kits para os exames. No início desse semestre, havia 89% de seus plantões sem um especialista em tomografia e em proporções menores houve também ausência de especialistas em neurocirurgia e pediatria. Num depoimento de um médico houve a denúncia de equipamentos importados que ficaram obsoletos, da mesma forma que há várias alas do hospital sendo desativadas.

No Hospital Humberto Primo, um dos maiores especialistas para vítimas de queimaduras, não pode atender tais pacientes. A causa é a mesma: faltam médicos, faxineiros e material. Diz uma médica que há falta de sabão, para lavar as mãos, até antibióticos. Dos 450 leitos disponíveis, menos de 100 estão recebendo pacientes. O abandono é quase total.

O Hospital das Clínicas, o maior da América Latina, convive com os mesmos problemas. Desde 1988 que não compra nenhum instrumento cirúrgico, nenhum objeto de material permanente, a tal ponto que os médi-

cos têm levado suas pinças, microscópios e tesouras para realizar operações. Há denúncia de que não existe sabonete, papel para limpar a mão e luva cirúrgica. Além disso sofre pressões para o atendimento preferencial aos pedidos dos políticos burgueses. O próprio Vicente Amato Neto (ex-secretário da saúde do governo Fleury) cobrou vaga na UTI a um dos apadrinhados de Fleury. O que parece ser frequente nesse hospital.

O Hospital do Servidor Público está morrendo. Não há vagas, o atendimento é precário por falta de médicos e funcionários. O pouco que sobrevive está condenado ao apodrecimento.

Como se vê, o retrato da saúde, no Estado mais rico da Federação, é o da miséria. Os governos vêm sucateando a saúde com os baixos salários e a destruição das condições de trabalho. Por 24 horas semanais de trabalho, um médico recebeu (no mês retrasado), no Hospital Jabaquara, 37 mil cruzeiros reais. Isso é comum e tem provocado greves em quase todos os hospitais. Basta lembrar as greves ocorridas no Hospital do Servidor Público, Humberto Primo e Hospital da Clínicas.

Essa decomposição do sistema de saúde atinge em cheio a população pobre, pois esta não tem direito de recorrer à medicina e aos hospitais privados. Com os salários arrojados, com o desemprego em massa e com o custo altíssimo de vida (ônibus, aluguel, comida, água e luz), as condições de saúde dos trabalhadores têm piorado. Aumentam-se os acidentes de trabalho e as doenças proliferam. São, portanto, obrigadas a disputar uma vaga nos hospitais de atendimento público. Estão condenados a morrerem nos corredores, completamente desassistidos: sem alimentação adequada, remédios e, em muitos casos, sem chegarem à sala de um médico.

Os cortes de verbas à saúde

Os governos vem reduzindo drasticamente os gastos com a saúde pública. Os dados recentes mostram que em São Paulo se gasta em torno de 50 dólares per capita ao ano. Em muitos Estados isso não passa de 21 dólares per capita. Se compararmos com os países imperialistas, que aplicam em torno de 2000 dólares per capita, o Brasil está entre os países mais pobres do mundo em recursos destinados à saúde. Esses são dados do próprio governo, que certamente estão superestimados, pois há elementos que justificam que se aplicam somente 20 dólares per capita ao ano. Essa é uma prova de que o sucateamento da saúde é parte da política dos governos (estadual e federal). Daí vem a pergunta: Por que se reduz as verbas para a saúde?

Em primeiro lugar, o Brasil sofre as consequências mais duras da crise do regime capitalista. Há um crescente aumento da opressão nacional, por parte dos países imperialistas. Estes exigem dos

países semicoloniais, como o Brasil, cortes nos gastos públicos, para que possam pagar em dia a dívida interna e externa. Por outro lado, a União pressiona os governos estaduais para o pagamento das dívidas internas, o que leva a redução de verbas na aplicação de setores sociais (saúde e educação).

Em segundo, trata-se da política neoliberal, que vem sendo implantada no país. O resultado tem sido o brutal sucateamento dos serviços públicos. Na medida em que se destrói a saúde pública, aumenta-se a rede privada. Um exemplo disso, é o crescimento dos convênios particulares (Golden Cross, Golden Children, Bradesco Saúde, Amil, etc). Há uma verdadeira máfia nesse setor, grande parte são empresas multinacionais (laboratórios, convênios, etc) cobrando altíssimas mensalidades, que tem aproveitado da falência da saúde pública para se firmar no Brasil. O neoliberalismo favorece a iniciativa privada em detrimento da estatal.

Em terceiro lugar, a descentralização da saúde, através da municipalização, é uma das metas dos governos antinacionais e antipopulares. Pretendem transferir os graves problemas da saúde para às mãos dos municípios, quase todos sem recursos (falidos economicamente). A consequência disso só pode ser o aumento crescente desses problemas. É bom lembrar que demagogicamente têm utilizado o argumento de que essa é uma forma da comunidade participar mais ativamente. Na verdade, querem passar a responsabilidade da destruição da saúde para as mãos da população miserável. Pois é sabido que os conselhos municipais de saúde não têm poder de decisão sobre as verbas, controle integral dos hospitais e postos de saúde. Querem tirar das costas do Estado a responsabilidade pela saúde pública.

Por último, é importante ressaltar que a Previdência Social vem sendo ameaçada na Revisão Constitucional. Essa é uma exigência dos credores estrangeiros. Por isso, o governo quer privatizá-la. Se é verdade que os hospitais têm cortado o convênio com a Previdência, porque paga pouco e atrasado, é também verdadeiro o fato que o governo quer se livrar desses custos. As denúncias de falcatruas, envolvendo internações, cirurgias, etc onerando a Previdência são já corriqueiras. Isso não significa que para moralizar seja preciso privatizá-la. Ao contrário, a estatização necessariamente impõe o controle dos trabalhadores. Não é possível manter Previdência nas mãos dos próprios corruptos.

Portanto, a redução de verbas para a saúde não se trata da vontade política deste ou daquele governo. É uma exigência dos países metropolitanos, para manter o sistema capitalista em crise, encarnada na política dos governos nacionais. A burguesia nacional subserviente, seus partidos políticos e governos



estão cumprindo essa tarefa. Por isso, dizemos que o neoliberalismo (que destrói forças produtivas, desestatiza a economia, arrocha os salários e sucateia os serviços públicos - saúde e educação) vem sendo descarregado sobre as massas oprimidas. Trata-se de uma política antinacional e antipopular, que deve ser combatida pelo conjunto dos trabalhadores.

Nossas propostas para a saúde

O problema da saúde no Brasil está determinado pelas condições de país capitalista atrasado. A burguesia e seu governo não é capaz de melhorar a vida da maioria nacional oprimida. É incapaz de oferecer condições de vida digna: salário mínimo real, reajustes automáticos de acordo com a inflação, emprego a todos, moradia, terra aos camponeses pobres, educação e saúde gratuitas. Os governos estão à serviço do cumprimento dos planos imperialistas, o que implica no agravamento das já péssimas condições de sobrevivência da maioria da população.

Nesse sentido, a luta pelas reivindicações elementares, como saúde pública, se dará com a mobilização dos explorados. Não de uma forma isolada, como por exemplo, as greves que vêm ocorrendo nos hospitais, as manifestações nos bairros exigindo postos de saúde, médicos, funcionários, etc. As lutas locais são fundamentais para que se avance a consciência da necessidade da luta mais geral e unitária contra o governo antinacional e antipopular. Para isso, é imprescindível que a CUT e os sindicatos levantem um plano único nacional, incorporando as necessidades básicas dos trabalhadores.

A defesa da saúde pública será parte dessa campanha nacional de luta. É através do método da ação direta contra o governo pró-imperialista, que as massas reagirão à privatização dos serviços sociais, das estatais, ao desemprego, ao salário mínimo de fome, etc.

Apontamos uma plataforma de reivindicações no campo da saúde. Partimos da concepção de que não se trata de explicar o problema da saúde referindo tão somente às condições precárias dos hospitais, da ausência de funcionários, médicos, etc, porque essa limitação determina que busquemos medidas paliativas ou assistencialistas, escondendo a essência do problema, que é o neoliberalismo, a concentração de riquezas nas mãos de poucos e o aumento da miséria e da fome.

Levantamos essa plataforma de reivindicações como meio de mobilizar as massas oprimidas contra o regime econômico que as esmaga. Esta consta de alguns pontos básicos:

1. A defesa do sistema de saúde estatal único. A estatização de todo o sistema de saúde significa colocar nas mãos do Estado a responsabilidade financeira de toda a saúde. Porém, o controle de todo o sistema de saúde tem que estar com os trabalhadores da saúde (médicos e funcionários) e a população. Fim de toda mercantilização da saúde, expropriação sem indenização da rede privada de saúde e estabelecimento da medicina gratuita para toda a população. Trata-se de uma reivindicação democrática e transitória, pois de antemão sabemos que a burguesia nacional será incapaz de cum-

prí-la, porque implica no fim de toda a rede privada de saúde.

2. Fim da municipalização da Saúde. Esta só contribuirá para aumentar os graves problemas dos hospitais e postos. A municipalização é uma das metas do projeto neoliberal do governo, cuja raiz está na privatização.

3) Formação dos conselhos de saúde, nos bairros e municípios, independentes do Estado e dos partidos da burguesia. Que as decisões fundamentais sejam de fato tomadas por tais conselhos. Formação de uma rede comissões de trabalhadores internas aos hospitais, ambulatórios, postos de saúde, etc. interligada aos conselhos dos bairros.

4) Fim do Ministério e Secretarias da Saúde e defesa do Conselho único nacional da saúde, com os membros eleitos diretamente e com mandato revogável.

5) Estatização de toda indústria farmacêutica, que está monopolizada e sob o controle do capital imperialista. Sem o controle pelos trabalhadores da produção dos remédios não há

Nacional



Nordeste: Cresce a prostituição

Segundo o levantamento da Associação das prostitutas do Estado do Ceará, o perfil das prostitutas que "fazem ponto" no Passeio Público (Centro) é o de mãe solteira, residente na periferia e com menos de dois anos de atividade. Diferente da época em que residiam em bordéis, hoje elas têm horários determinados e retornam para suas casas.

A maioria dessas prostitutas não pode deixar essa atividade porque não há outro meio de sobrevivência. Esse retrato do nordeste é o mesmo das grandes capitais do Brasil. Com o aumento do desemprego e com os baixos salários têm crescido a marginalização de uma parcela da população. A miséria acaba arrastando uma grande quantidade de meninas para a prostituição.

O fenômeno da prostituição de menores com 11, 13 e 15 anos vem se manifestando de forma crescente em todo o país. Coincide com o avanço da crise econômica e a conseqüente desintegração social de parte da classe trabalhadora. É claro

que num país que precisa abrir 1 milhão e meio de novos empregos anualmente, mas que reduz os postos de trabalho já existentes, só pode ampliar a prostituição. Esta é parte de outras formas de crise social, como é o caso dos meninos de rua, tráfico de crianças, narcotráfico, assassinatos em massas, etc. Em determinadas regiões em que a pobreza é mais concentrada, se manifesta todos esses sintomas, que atingem as massas populares.

A Igreja, os organismos de direitos humanos e governos costumam fazer campanhas demagógicas contra a prostituição e tráfico de menores. Agora, mesmo foi instalada uma CPI da prostituição nos garimpos. É mais uma farsa diante da gravidade do problema. Isto porque o fim da prostituição depende de que haja emprego a todos, que o salário seja compatível com as reais necessidades da população e as crianças tenham acesso à escola. Nada disso pode ser dado pelo Estado e pelos capitalistas. Ao contrário, os planos antinacionais e antipopulares

do governo têm infringido duros golpes sobre as condições de vida da maioria dos trabalhadores.

A resposta deve vir do movimento das massas contra a situação de miséria e de exploração capitalista. Trata-se de se fazer campanhas nacionais de luta pelo salário mínimo real, emprego a todos, terra aos camponeses pobres, moradia aos sem-teto, saúde e escolas públicas e gratuitas. Campanhas que desenvolvam a ação revolucionária das massas pela destruição da fonte de miséria que é o capitalismo.

Operação de guerra desaloja os sem-terra de Getulina

Mais uma vez o aparato militar repressivo foi utilizado para desocupar as fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, que estavam ocupadas por 2500 famílias de sem-terra. Essas terras pertencem à família dos Ribas, proprietária de 84 mil hectares de terra, uma boa parte sem produzir absolutamente nada. Sendo que 17 mil hectares já foram desapropriados, para fins de assentamentos.

Os ocupantes eram cortadores de cana, apanhadores de laranja, pequenos arrendatários, filhos de assentados, sitiantes que perderam suas terras para os bancos e empregados da própria família Ribas. Tinham como objetivo pressionar o governo para desapropriar o latifúndio improdutivo.

Desde o início, a família proprietária recorreu a justiça para garantir o direito à propriedade. Através desse recurso não permitiu que o INCRA fizesse uma vistoria para avaliar a produtividade da terra e despejou uma grande quantidade de gado para mostrar que as terras não estavam abandonadas. Esses mecanismos utilizados pelos fazendeiros têm sido uma prática comum. Portadores dos documentos de posse da propriedade, iniciaram uma pressão para que o governo acionasse a tropa de choque e todo o aparato repressivo para expulsar os camponeses.

Os sem-terra resistiram essa brutal pressão por 41 dias. Mas não conseguiram organizar a auto-defesa para enfrentar a polícia. As declarações das lideranças do movimento de que sairiam "no colo da polícia", que "só deixariam as terras se a tropa os retirasse", que "as únicas armas eram os

instrumentos de trabalho", etc fortaleceram o propósito do governo de desocupar a área. O governo temia a reação dos sem-terra e um banho de sangue, pois isso aumentaria ainda mais o desgaste do governo peemedebista. É por essa razão que demorou para executar a ação judicial. Fleury aguardou o momento em que estivesse assegurada de fato a não resistência do despejo por parte dos ocupantes.

No conflito com a tropa de choque houve uma pequena reação de uma parte dos ocupantes, que chegou a usar pedras e devolver as bombas (lançadas pela polícia). A violência reacionária do Estado provocou ferimentos em 50 camponeses. Sem armas, a rendição foi imediata. O governo colocou um batalhão de cerca de 3 mil homens, apoiado por tropa de elite, com armamentos de guerra, cavalaria, cachorros, etc.

O aparato de guerra utilizado foi a maior operação utilizada nos últimos tempos para enfrentar os camponeses. Isto demonstra como a burguesia e seu Estado não tem outra via senão a da militarização dos movimentos sociais. A tendência à agudização da luta de classes no campo e na cidade se choca abertamente contra o capitalismo em crise. A burguesia está obrigada a sacrificar mais e mais a vida dos explorados para proteger seus interesses. Eis porque o Estado, que representa tais interesses, intervém violentamente, como no caso de Getulina. A operação de guerra contra os camponeses desmascara a democracia burguesa e a estratégia reformista democratizante (do PT, PCdoB, etc). Expõe claramente a função do Estado de assegurar a ditadura de classe capitalista.

A CUT frente a ocupação

Diante de uma ocupação massiva dos sem-terra, que chegou a ter repercussão nacional, a CUT não conseguiu organizar um amplo movimento de apoio. Um exemplo disso foi a chegada da marcha dos camponeses em São Paulo, onde quase nada foi feito, resumindo num pequeno ato das lideranças sindicais.

A direção da CUT tem como política a solidariedade material aos movimentos (empresta os carros de som, arruma alimentos, roda panfletos, etc). Acaba limitando a ação da Central a tal solidariedade, que é importante, mas insuficiente para possibilitar a vitória das lutas. Não é capaz de exercer o apoio efetivo, res-

ponsável em quebrar o isolamento das ocupações, greves, etc.

Ao invés de convocar as assembleias e organizar os comitês de luta em apoio à ocupação, a CUT restringe a sua ação ao deslocamento de alguns militantes, quase sempre profissionalizados, para acompanhar o movimento. Foi o que ocorreu em Getulina e o que tem ocorrido em todas as greves. Acaba, dessa forma, substituindo uma tarefa importante que é a organização do conjunto dos trabalhadores para uma solidariedade efetiva pela intervenção dessas lideranças profissionalizadas.

As conseqüências dessa política têm sido muito duras para os trabalhadores, isto porque enfraquece a resposta coletiva do conjunto dos oprimidos diante da truculência do Estado burguês. No caso de Getulina, o fato da CUT não organizar o movimento operário para paralisar a produção, quando das ameaças de desocupação, acabou fortificando as posições do governo de despejo dos sem-terra.

Uma das tarefas de uma direção sindical é levar para a classe operária o problema dos camponeses pobres. No Brasil há inclusive uma facilidade porque uma boa parcela do proletariado teve vínculos agrários. No caso de uma ocupação, como a de Getulina, é um dever da CUT ter preparado o terreno para levar a sua defesa ao operariado. Diante de um conflito dos camponeses com os latifundiários e também com o Estado se criam as condições para a classe operária entender a necessidade da união dos oprimidos contra os opressores. A aliança operária e camponesa é fundamental para os explorados imporem suas reivindicações aos Estado totalitário e avançar o movimento revolucionário contra as bases do capitalismo.

A tentativa de se manter sobre as terras ocupadas, mesmo que os camponeses estivessem armados, dependia em grande medida da luta conjunta com o proletariado urbano. A burguesia teme a resistência não por sua capacidade militar, que é escassa, mas sim pelo levante social que pode ocorrer em todo o país. É a capacidade massiva dos explorados, que movimenta a produção, que pode golpear parcialmente o poder de repressão da burguesia e fazer avançar as conquistas pela via revolucionária. Para isso, é necessária uma política que conduza a unidade operária e camponesa, que a burocracia reformista da CUT não pode cumprir.

Denúncia



Manifesto da Frente Revolucionária

Em defesa da terra aos camponeses pobres!

A ocupação das fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, em Getulina, abriu um conflito com os latifundiários e com o governo. Cerca de 6000 sem-terra, entre adultos e crianças, representando 2500 famílias, estão cercados por um batalhão policial estimado em 12 mil soldados.

Os camponeses estão dispostos a reagirem e colocarem suas vidas em risco em defesa da terra e do trabalho. A organização da resistência tem impedido até o momento que Fleury desfechasse a repressão sangrenta, como é do feitio de seu governo. O que está em jogo é o interesse dos ricos latifundiários e das famílias camponesas que não têm o que comer. Assim, é necessário que todos os trabalhadores defendam ativamente a ocupação dos sem-terra.

O problema agrário não se restringe a este conflito. Por todo o país, o movimento camponês dos sem-terra está em choque contra a oligarquia latifundiária, que domina quase por inteiro o solo brasileiro. A estrutura latifundiária e a intensa exploração do trabalho, que chega até a manutenção do escravismo, vem esmagando ao longo de nossa história a maioria camponesa.

O capitalismo, ao invés de melhorar as

condições de vida dos trabalhadores agrários, trouxe a concentração da propriedade nas mãos de uma minoria e a expropriação da maioria camponesa. A luta dos sem-terra de Getulina é parte desta realidade, isto no Estado mais desenvolvido da Federação, o que mostra que a luta pela terra é um problema nacional.

A burguesia industrial e financeira mostrou ser incapaz de resolver o problema da terra, realizando a reforma agrária. Ela é parte da oligarquia latifundiária e dos interesses agrários. Por isso, a luta dos sem-terra não pode contar com a benevolência do Estado e dos partidos burgueses, que jogam pesado na defesa da estrutura latifundiária.

Os camponeses pobres só podem contar com suas próprias forças e com o método da ocupação e da auto-defesa, como está demonstrando o combate em Getulina. Os camponeses, entretanto, têm um aliado decisivo na luta pela terra, que é a classe operária. O grande problema dessa unidade é que o movimento operário e camponês carecem de estabelecer um programa de luta conjunta e de organização que concretize a aliança da maioria oprimida contra a minoria opressora.

Para superar essa deficiência, defendemos que a CUT e as lideranças do movimento camponês levem o problema para as assembléias e trabalhem por formar os comitês de luta, que tenham por base um plano de reivindicações comuns (salário mínimo real, emprego a todos, reajuste automáticos de acordo com a inflação, terra aos camponeses pobres, fim da repressão, direito irrestrito de greve, etc).

Companheiros, defendamos com a ação direta e com o auxílio material nossos irmãos camponeses sem-terra.

Terra aos camponeses pobres!

Pela auto-defesa contra a repressão militar!

Nenhuma repressão à ocupação de Getulina!

Pela aliança operária e camponesa!

Frente Revolucionária

Aprovada a Resolução do II Encontro da Frente Revolucionária

Logo mais será publicado a Resolução política do II Encontro da Frente Revolucionária. Trata-se de um documento que objetiva levar aos explorados a estratégia da revolução e ditadura proletárias. O documento caracteriza a crise estrutural do capitalismo e demonstra que a recessão é descarregada sobre as massas. Estas instintivamente reagem no mundo todo, porém carecem de estruturar uma direção revolucionária, contraposta

a ação dos reformistas. O documento condena o eleitoralismo e defende o método da ação direta das massas. Coloca a necessidade de defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores como ponto de partida da luta anticapitalista. Estaremos divulgando esse documento e chamando os trabalhadores a se organizarem num movimento revolucionário.

Breve, adquira com militantes do POR:
Crítica programática ao PSTU
Resoluções da Frente Revolucionária
Revista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da
IV Internacional

Frente Revolucionária



As lições da greve do magistério

A greve dos professores foi suspensa após 79 dias de luta e resistência. Esta transcorreu em meio à uma profunda crise do regime político. As denúncias de corrupção que atingiram o centro do poder do Estado se espalham pelo Congresso Nacional. A compra de deputados e as obras superfaturadas também atingem o governo peemedebista de Fleury. São nos momentos de aguda crise econômica que a corrupção vem à tona, revelando a podridão do sistema capitalista. As dificuldades de ir à fundo na política de desestatização, imposta pelos países imperialista, tem crescido a crise interburguesa.

Os governos têm agido centralizadamente contra as greves, ocupações, etc para impedir um levante nacional das massas contra essa política antinacional e antipopular. As condições objetivas apontam a tendência de luta dos explorados, porém, as direções sindicais têm bloqueado. Haja vista o desfecho das campanhas salariais dos metalúrgicos, têxteis, plásticos, químicos, etc.

A greve do magistério permaneceu isolada, embora tenha ocorrido muita solidariedade material. A CUT foi incapaz de organizar os sindicatos, através das assembleias de base, e tirar um plano comum de reivindicações, que fosse capaz de impulsionar o conjunto dos trabalhadores contra a política neoliberal (responsável pelo desemprego em massa, privatizações, cortes de verbas para a saúde e educação e pelo brutal arrocho salarial). A solidariedade dos trabalhadores teria que sair da passividade, da simples ajuda econômica, para um movimento nacional em defesa do salário mínimo real, reajustes automáticos de acordo com a inflação, reposição de perdas, emprego, saúde e educação gratuitas, etc. A experiência nos ensinou que as camadas mais amplas das classes oprimidas não se mobilizam só pela solidariedade, a fazem reivindicando seus próprios interesses. É por isso que a aprovação de um plano único potenciaria um movimento nacional contra a política dos governos, dos patrões e impulsionaria a greve do magistério.

A greve do professorado foi um instrumento que pôs em evidência a fascista-

zação do governo Fleury e o mar da lama no qual está envolvido. A violência reacionária do governo foi exposta através da repressão desfechada pela tropa de choque na Av. Paulista, Praça da República, Palácio do Bandeirantes e na desocupação da Assembleia legislativa. Ao mesmo tempo, revelou a política de conciliação das direções sindicais. Enquanto o governo agia centralizadamente contra o movimento grevista, os trabalhadores, através de seus sindicatos e Centrais, respondiam de forma isolada e fragmentada.

A unidade grevista é fundamental para se obter vitórias. A unidade com o funcionalismo público era extremamente importante para enfraquecer e desgastar o governo policial de Fleury. A unidade com os Estados em greve, através da CNTE, era um passo importante na unificação dos movimentos grevistas a nível nacional. Mas nada disso aconteceu. As direções não se empenharam nessa luta. É por isso que a greve dos professores esteve isolada e, com isso, exposta à derrota por parte do governo.

Portanto, são inúmeras as lições de uma greve e seu amadurecimento político por parte da classe será fundamental para as próximas campanhas salariais. A Corrente Proletária da Educação lançou um folheto dessa experiência. Adquirá e venha debater conosco.

**A Corrente Proletária na Educação está divulgando o folheto:
"79 dias de resistência e luta contra o governo policial de Fleury
As lições da greve do magistério"**

Natal

III Conferência Nacional de Educação

Em meados de outubro ocorreu a III Conferência Nacional de Educação, em Natal. Esta se passou quando o magistério paulista travava uma dura greve contra o governo Fleury e depois de vários movimentos grevista da educação em quase todos os Estados. O que chamou a atenção é que esta Conferência não teve nenhum vínculo com a luta grevista, demonstrando que a CNTE está alheia à massa de professores e estudantes que compõem o ensino no país.

Entretanto, em seu Manifesto chamado "Carta de Natal- Por uma educação para a cidadania", demonstra os alarmantes índices de fracasso escolar em torno dos 50%. Acusa os baixos salários, que na maioria dos

Estados e municípios, são "inferiores ao Salário Mínimo Nacional". E qual é a via apresentada pela III Conferência Nacional de Educação? Seria a unificação grevista de todo o magistério nacional contra o governo, que só destina 2,5% do PIB para a educação?

É claro que não. Uma Confederação Nacional dos Trabalhadores formada de burocratas profissionais e completamente desvinculada da vida real das massas não poderia organizar um movimento de combate a fonte de origem de todos os males.

Qual a finalidade então da III Conferência? Pressionar o Congresso Nacional para aprovar a LDB e o MEC para que este lance o chamado "Plano Nacional de



Educação", em que conteria "Um Plano Nacional de Carreira e um Piso Salarial Profissional Nacionalmente Unificado".

Como vemos, a III Conferência esteve voltada para o Congresso Nacional e para o órgão estatal do MEC. Trata-se de politicagem da burocracia profissional, que nem de longe pensa em organizar a luta grevista para impor ao governo a correta reivindicação de Piso Nacional Unificado, que deve ser a do salário mínimo real (em torno de 500 dólares).

Esta politicagem de cúpula coloca a Confederação na dependência do Estado burguês, responsável pela sucateamento do ensino. O próprio título da Conferência "Por uma educação para a cidadania" é uma adaptação ao capitalismo. Os burocratas querem fazer crer que é possível elevar as condições de vida das massas e dar educação a todos através de medidas parlamentares e governamentais.

O primeiro ponto do Manifesto é uma verdadeira aberração. Diz: "Não construiremos a cidadania moderna, fundada nos direitos sociais, no trabalho e na ciência, superadora da exclusão

das maiorias, a não ser a partir da educação e de toda a população na escola pública, gratuita, democrática e de qualidade". Estes capachos do parlamento burguês são incapazes de identificar que a tal "exclusão das maiorias" resulta da intensa exploração do trabalho e do tremendo acúmulo de riquezas nas mãos da minoria capitalista.

É vergonhoso se falar em "construir a cidadania moderna" através do acesso à educação, quando existem mais 32 milhões de seres vivendo na miséria absoluta, camponeses sendo massacrados pelas latifundiários, expulsos das terras e jogados no desemprego. Quando uma greve de 79 dias do magistério, foi tratada a base de tropa de choque. Quando os professores de Natal fizeram uma longa greve sem obter absolutamente nada, o mesmo acontecendo com a greve de 120 dias do Espírito Santo, etc, etc. E o que fez a CNTE para unificar nacionalmente esses movimentos?

Fortaleza

Greve estudantil bloqueia as pretensões da Reitoria

Depois de um período de refluxo, os estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UEC) retomaram a luta contra a portaria da Reitoria, que impunha novas taxas, como taxa de trancamento, taxa por matrícula em disciplina abandonada, taxa de matrícula por disciplina para aqueles que no semestre passado não pagaram a cota de 12 créditos, etc. A Reitoria dizia que tais medidas objetivava disciplinar os estudantes da UEC, que frequentemente trancavam ou abandonavam as disciplinas, não concluindo os cursos em que estavam matriculados.

Tais medidas punitivas revoltaram os estudantes, que no dia 13/10 realizaram uma assembléia, aprovando o fechamento do local onde se cobram as taxas (DEG) e ao mesmo tempo iniciando uma greve por tempo indeterminado. No dia 14, a DEG foi fechada pelos estudantes, que paralisaram 100% das aulas nos principais Campus e se dirigiram à Reitoria. A Avenida Luciano Carneiro, onde fica o Centro de Humanidades, foi bloqueada. No Itaperi se levantou barricadas de carteiras, bloqueando o acesso a todas as salas.

Frente ao movimento radical, a Reitoria fez um recuo provisório, estabelecendo um acordo com as lideranças de que as taxas ficariam suspensas até a aprovação do Regulamento de Normas Acadêmicas. Ao mesmo tempo, se acertou uma série de medidas como a convocação do CEPE e CONSU para discutir e votar o referido regulamento, formação de uma comissão paritária de estudantes, professores, servidores e reitoria, convocação de uma estatuinte paritária e soberana, etc.

Se de um lado a revolta das bases impôs um recuo na aplicação das taxas, de outro, o acordo estabelecido não assegura a vitória. Isto porque a suspensão foi provisória e será decidida nos organismos da burocracia

universitária (CEPE e CONSU), que está sob o controle da Reitoria. O objetivo desta é o de impor o jubramento (exclusão) dos estudantes que trancam matrículas ou repetem várias vezes. As taxas também são sintomas da tendência privatizadora levada a cabo pelos governos.

A posição das direções estudantis não foi a de condenar as taxas e sim o alto valor cobrado em UFIR. Já na greve procurou se apoiar em organismos como o DECON, para declarar ilegal as taxas em UFIR. O problema central continua em pé. A grande evasão escolar e os trancamentos são conseqüências da situação de pobreza dos estudantes, que na maioria trabalha e estuda a noite. São justamente os assalariados que estão na mira da jubilação e das taxas.

A conformação de uma comissão paritária e a convocação de uma estatuinte paritária é uma armadilha contra a massa estudantil. Isto porque a maioria da representação estará nas mãos da burocracia universitária, da qual faz parte o professorado conservador. Não podemos ter dúvidas de que a Reitoria e o governo do Estado manterão ser poderes sobre tal comissão e estatuinte.

A resposta a este problema está na defesa da instalação da assembléia universitária, com total soberania de decisão e encaminhamentos. É necessário defender o poder da maioria social na universidade, que é o estudantado e quem recebe o peso da desgregação do ensino. Qualquer ilusão na democracia formal estabelecida pela Reitoria e seus agentes e qualquer colaboração com a burocracia universitária fortalecerá o objetivo privatizante do ensino. Cabe às direções conseqüentes lutar a fundo pela bandeira do ensino público e gratuito e pela real democracia universitária, que se concretiza na Assembléia Universitária.

Educação



Nada de luta na Campanha da Construção civil - ABC

A diretoria do sindicato da construção civil e móveis do ABC é muito sabida. Na campanha salarial se negou a fazer um trabalho de unificação dos operários, acabou enfraquecendo o movimento por não se apoiar na assembléia geral e finalmente fez acordos desfavoráveis por obras e fábricas. Agora quando precisou aprovar a taxa assistencial recorreu à assembléia. Escorada numa parcela da classe, fez aprovar a taxa sindical, que atingirá o bolso dos operários em mais 1,5% ao mês.

A direção do sindicato dos metalúrgicos de Osasco publicou, em seguidos boletins da campanha salarial, que desta vez estavam unificados 500 mil metalúrgicos do ABC, São Paulo, Guarulhos e interior. Naquele momento, a Oposição em construção disse que de fato 500 mil metalúrgicos unificados eram uma força extraordinária para impor a recuperação dos salários, aumento real, fim das demissões, etc. Mas que para isso o sindicato teria de sair das palavras e passar para a ação. A for-

A burocracia sindical precisa de dinheiro não para colocá-lo a favor da campanha salarial, das greves e manifestações. Também não precisa de dinheiro para politizar os trabalhadores, levando a eles as idéias de emancipação e luta anticapitalista. Ela precisa sim de caixa para manter o aparelho parasitário e porque faz do sindicalismo uma profissão. Não é por acaso que os operários desconfiam dos burocratas que têm os sindicatos como cabide de emprego.

Sem dúvida, o sindicato precisa de meios materiais para a ação da classe. Os trabalhadores sabem quando devem contribuir com seus sindicatos e para isso não medem esforços. Mas logo desconfiam

quando vêem que suas direções mutilam a campanha salarial e fazem acordos isolados por empresa, favorecendo os patrões.

Nesta horas, vemos quanto é necessário varrer os burocratas interesseiros e sabichões. É o dever dos trabalhadores conscientes construir uma direção classista, que se coloque contra qualquer má utilização dos meios do sindicato e fortaleça a organização de base dos operários. Uma direção que tenha na assembléia geral a força da classe e que faça um trabalho de organização diário, denunciando a exploração e propondo formas de luta.

Metalúrgicos de Osasco

ma de se fazer isto era aprovar em assembléias a formação de comitês de base unificados e um comitê geral. Estes comitês estariam subordinados à assembléia geral unificada.

Os fatos acabaram demonstrando a demagogia da burocracia sindical. A unificação do que falaram não passou de negociatas de cúpula com a FIESP. Os patrões logo viram que era conversa fiada para enganar os operários e não temeram a manobra dos pelegos. O resultado foi que se fez um acordo que não repõe efetivamente todas as perdas. Uma vez que a reposição se refere a inflação passada e manipulada pelo governo. A única diferença em relação ao acordo passado é que os patrões aceitaram fazer a reposição do mês de dezembro.

Assim o arrocho salarial continua a esmagar os metalúrgicos, enquanto os ca-

pitalistas continuam a obter alta lucratividade. Quanto as demissões ocorridas e as ameaças ainda existentes, não foram tratadas no acordo. Os patrões continuam com toda liberdade de demitir. E em inúmeras fábricas corre o boato aterrorizador de que mais demissões virão.

Vemos que foi uma campanha salarial sem nenhuma luta. Isto se deve a que a direção sindical da Força Sindical de um lado e da Articulação cutista de outro não têm nenhum interesse em unir as bases num só movimento e se confrontar com o patronato. A mudança dessa situação depende da construção de uma fração revolucionária no interior do movimento operário. Cabe a Oposição nascente em Osasco fortalecer o trabalho nas fábricas, armar-se de um programa classista e constituir uma sólida direção.

Cotia

Os patrões se aproveitam da situação

Os trabalhadores da Cotia de São Paulo continuam tendo seus salários atrasados. No último dia 10, houve uma paralisação parcial na Cotia do Ceasa. O setor da área operacional de verduras, legumes e frutas iniciou, logo pela manhã, a paralisação, exigindo o pagamento imediato. O gerente, receando a am-

pliação da greve, arranhou rapidamente o dinheiro. Depois disse que no mês que vem não sabe se a Cotia terá condições de pagar os salários. Sobre o décimo terceiro, as nuvens são negras.

Isto mostra como os patrões da Cotia manobram com a situação de crise, para atrasar os salários e manter o arrocho. A greve parcial, por sua vez, comprova ser a via para responder à safadeza dos corruptos da Cotia. O problema está em que o sindicato pouco faz para organizar as bases, formando as comissões de luta e preparan-

do os meios para enfrentar com a greve a situação instável dos trabalhadores.

A greve parcial indica que os trabalhadores já não aguentam mais tanta arbitrariedade. Afinal de contas não podem sobreviver sem os salários. Para se resolver definitivamente esse problema, é preciso lutar pelo controle operário da Cotia e pela expulsão de toda a diretoria comprometida com a falência. Trata-se de fazer uma campanha pela estatização, sem indenização, da Cotia, sob o controle dos que nela trabalham.



Debate sobre a Revolução Russa

Foi realizado no dia 13 de novembro o debate em comemoração aos 76 anos da Revolução Russa. Contou com a presença de simpatizantes e representantes de algumas correntes políticas: Luta de Classes, Grumale, Liga Comunista e Cimiba.

A T.POR iniciou a exposição mostrando que a Revolução Russa é um laboratório, porque sintetiza a luta internacional da classe operária. Hoje, assistimos o avanço da restauração capitalista. O jornais estamparam, nessa semana, o decreto de Yeltsin de retornar as terras à classe latifundiária. O que significa expulsar os camponeses das terras, impondo o aumento da fome e da miséria. É importante lembrar que a primeira medida da Revolução foi a entrega das terras ao campesinato pobre. Isto porque se tratava de uma tarefa necessária para eliminar o jugo dos latifundiários e para vitória da revolução proletária. Essa medida se somou a outra contra a guerra imperialista, sob a bandeira da paz sem anexação.

As medidas de Yeltsin têm sido impostas através do golpe sangrento. Pretende, com a ajuda do imperialismo, reconstruir a burguesia nacional. Contrariamente, aos discursos demagógicos de Gorbachev de que a economia de mercado é uma exigência da democracia, por isso a Perestroika e Glasnost, ela é fruto da contra-revolução. Para impô-la será necessário usar as armas.

A Revolução Russa foi um ato de força, da maioria nacional, contra a minoria exploradora. A restauração capitalista será através de medidas de força da minoria contra a maioria. Esse paralelo é fundamental para se distinguir as duas vias: o da revolução proletária e o da contra-revolução burguesa.

Mas cabe a pergunta: Por que as conquistas da Revolução Russa estão sendo destruídas? É preciso dar uma resposta, caso contrário, passa-se a idéia de que o capitalismo é um regime universal e indestrutível. Em primeiro lugar, é necessário fazer uma distinção entre a ditadura estalinista (1924) e a ditadura do proletariado.

Em 1917 só foi possível a revolução porque o partido bolchevique tinha como pressuposto do programa que o proletariado tomaria o poder e estabeleceria a ditadura do proletariado. Ao contrário, os mencheviques defendiam a revolução democrática, dirigida pela burguesia liberal, onde o proletariado a apoiaria. Os bolcheviques se opuseram radicalmente submeter a classe operária à burguesia.

A questão da tomada do poder e a ditadura do proletariado não podem ser confundidos com a ditadura militar de uma minoria, como estruturou Stalin depois de 1924. Ao contrário, trata-se da ditadura da maioria explorada sobre a minoria exploradora. Portanto, é uma necessidade histórica da revolução social. O poder de repressão do Estado se volta

contra a burguesia minoritária e expressa a vontade da maioria.

É preciso se compreender a relação entre a ditadura proletária e a natureza de classe da democracia. No capitalismo, a democracia burguesa é uma máscara para a ditadura de classe da burguesia contra os trabalhadores. No socialismo, a democracia operária (que na Rússia se materializou nos soviets (conselhos) dos primeiros anos da revolução) é um instrumento da maioria para controlar a produção e o Estado e exercer a ditadura proletária contra a minoria capitalista. A democracia operária é o controle da economia pelas massas oprimidas. Sem a qual não se pode controlar o Estado.

O estalinismo destruiu a ditadura proletária, substituindo-a por uma ditadura de casta e com isto burocratizou os soviets, anulando a democracia proletária. Isto significou uma contra-revolução, cujo desenvolvimento conduziria à restauração capitalista.

Em 1936, quando da reforma da Constituição por Stalin, preparando a restauração capitalista, buscou eliminar o poder soviético (o controle dos soviets sobre a economia nacional e sobre o Estado) e passá-lo para às mãos da casta burocrática estalinista. Trotsky, na ocasião denunciou a introdução de mecanismos da democracia burguesa no Estado operário, como meio de sustentação da burocracia reacionária e de reformas restauracionistas.

O estalinismo, com sua doutrina de socialismo em um só país, pretendia mudar a roda da história. Para destruir o capitalismo, que é uma economia mundial, o socialismo necessariamente tem que ser internacional. Daí a defesa do Internacionalismo proletário. Trotsky dizia que a extinção das classes é um processo mundial, porque implica na extinção das classes e assim do Estado.

Stalin defendia a convivência pacífica com o imperialismo, como forma utópica de assegurar a construção do socialismo em um só país. O estalinismo, através dessa política de aliança, transforma a tarefa revolucionária de luta pelo internacionalismo, para a qual a Revolução Russa se constituiu num alavanca, em uma espécie de socialismo nacional. Ou seja, de negação do próprio socialismo. Esta via será responsável pela restauração capitalista.

Para justificar a bancarrota do estalinismo, o PCdoB diz que o que há na Rússia e no Leste Europeu é uma crise do socialismo. Quando na verdade o que há é a crise do estalinismo, que pôs fim às conquistas históricas da Revolução Russa (a ditadura do proletariado).

Dizemos que a restauração capitalista na Rússia começou a partir de 1924 e é obra do estalinismo. Para se impor foi preciso utilizar dos golpes e das armas

para erradicar o bolchevismo. Basta lembrar o assassinato de milhares de militantes da Oposição de Esquerda e do próprio Trotsky. Foi preciso, também, liquidar com a III Internacional Comunista e negar, até as últimas consequências o Internacionalismo Proletário.

Trotsky é o continuador do leninismo. Colocou na ordem do dia a necessidade da IV Internacional. Já que não era mais possível reconstruir a III Internacional liquidada por Stalin. Ao assentar as bases do Internacionalismo Proletário, através de uma nova Internacional, Trotsky dizia: ou o proletariado derruba o estalinismo, através da revolução política, ou viria a restauração capitalista na Rússia e nos países que economia estatizada. É o que se confirma hoje.

Nesse sentido, o debate dos 76 anos da Revolução Russa, deve ser um passo no trabalho de construir o Partido Mundial. Justamente, numa época em que o marxismo foi soterrado pelo estalinismo, os reformistas (PT) lutam contra a ditadura do proletariado e os centristas (Convergência Socialista) ludibriam a classe operária com a bandeira do socialismo com democracia. O POR assume a tarefa da construção do programa e da revolução proletária, como ponto essencial para a defesa das conquistas da Revolução Russa. Está em pé a tarefa de construção da IV Internacional, para se organizar o movimento revolucionário em todas as partes e liquidar definitivamente com a experiência histórica do estalinismo.

Em torno destas idéias se desenvolveu toda uma discussão sobre a natureza do Estado e a defesa da revolução proletária. A palestra terminou com um viva aos 76 anos da Revolução Russa e abaixo a restauração da ditadura sangrenta de Yeltsin.

Internacional



Um tema central no debate: a degeneração do Estado Operário

A revolução proletária derrotou a burguesia na Rússia, confirmando o prognóstico de Lênin e Trótsky de que a revolução russa seria dirigida pelo proletariado em aliança com o campesinato e que não se daria na destruição dos traços feudais no Estado e na economia russos, mas avançaria rumo ao socialismo.

Mostrou-se também como desde o primeiro aniversário da Revolução de Outubro Lênin já apontava a impossibilidade da revolução construir o socialismo num único país isolado. Lênin e Trótsky assinalavam a necessidade da revolução derrotar a burguesia a nível mundial porque o socialismo, como forma superior de produção, não poderia retroceder em relação ao capitalismo, que é internacional. Sabiam que a vitória do socialismo dependia da vitória do proletariado em países capitalistas desenvolvidos, em especial os europeus. Mas não previam que o isolamento da Rússia não levasse diretamente à contra-revolução, mas à degeneração do primeiro Estado Operário, como ocorreu. De fato, o ingresso massivo de militantes do menchevismo e do socialismo revolucionário no

partido bolchevique e a morte nas guerras externas e internas de toda uma parcela da vanguarda que realizou a tomada do poder em 1917, entre outras causas, foram criando as condições para a hegemonia do setor do partido que expressava as pressões de classe da burguesia internacional e de uma camada de camponeses e operários mais bem remunerados, que obtiveram uma significativa melhora nas suas condições de vida na Rússia após a Revolução de Outubro. Esse setor tinha expressão política no estalinismo e foi o câncer que apodreceu o partido de Lênin, não antes de eliminar fisicamente milhões de opositores, incluindo toda a direção do partido que encabeçou a tomada do poder em 1917, exceção de Lênin, que morreu logo no início da burocratização do partido em 1924.

O estalinismo passou a trabalhar com a idéia de que era possível construir um socialismo na Rússia convivendo pacificamente com o imperialismo mundial. Foi arrancando das massas o controle sobre a produção, desintegrou a democracia operária eliminando os soviets e constituindo uma ditadura contra as massas através da maior rede burocrática do planeta.

Enquanto foi possível, nos limites das fronteiras nacionais, as conquistas da revolução permitiram um crescimento econômico extraordinário. Mas esse crescimento tinha um obstáculo intransponível pela frente: a recessão mundial capitalista.

Por todo um período, a burocracia podia se apoiar parasitariamente na economia estatal. Mas com a recessão mundial e o esgotamento do crescimento interno, a economia controlada pela burocracia entrou em crise. A Perestroika foi a primeira ini-

ciativa para restaurar a produção capitalista. Baseava-se numa política que pretendia utilizar-se da introdução de elementos da democracia burguesa que pudessem ser utilizados para implantar as reformas econômicas. Faliu na divisão interburocrática que levou ao golpe de agosto de 1991 e à ascensão de Yeltsin. Mas a ala mais próxima do imperialismo também mostrou-se incapaz de restaurar pacificamente o capitalismo e concluiu com o golpismo. Agora usa o poder ditatorial para avançar a restauração, como fez recentemente com o restabelecimento da propriedade privada da terra.

Está colocada a necessidade de restabelecer a ditadura proletária, que pressupõe o controle das massas sobre a produção e a democracia operária. Isso pressupõe a derrubada da burocracia vendida ao imperialismo e isso só pode ser feito pelo proletariado.

Sobre a caracterização do Estado russo e as tarefas decorrentes, a TPOR defende que ainda trata-se de um estado operário degenerado, dado o controle estatal e a produção coletivizada, majoritários na economia e a incipiente burguesia. A tarefa decorrente é a revolução política, porque trata-se de derrubar a casta parasitária que é a burocracia e restabelecer a ditadura proletária. Somente quando a burguesia estiver reconstituída e controlando hegemonicamente a produção poderemos caracterizar o estado como burguês e aí estará colocada a revolução social, a necessidade de derrubada de uma classe do poder do estado e a expropriação dos meios de produção.

Internacional



Avança a crise na Bolívia

Os fatos que estamos vivendo confirmam, de maneira categórica, a caracterização que fez o POR da situação política do país, antes e imediatamente depois das eleições, no sentido de que as massas protagonizavam uma situação revolucionária, que lutavam para avançar adiante. O desenvolvimento histórico desmentiu as colocações das correntes reformistas, estalinizantes e dos reformistas em geral. Estes para justificar seu atrevido deslocamento para o eleitoralismo e seu método preferido de diálogos intermináveis com o governo burguês, buscam assinar com este compromissos de largo alcance com vistas a consolidar a tão propagandada trégua ou paz social, finalidade buscada por Goni-Patiño e seus acompanhantes.

Ninguém ignora que a burocracia sindical (converge com o estalinismo contra-revolucionário, com o nacionalismo democratizante etc.) segue pregando que as massas bolivianas todavia não se atrevem a lançar-se à luta, o que aconselharia esforçar-se por lograr um acordo com os governantes, a fim de conseguir algumas concessões por pequenas que sejam.

O desmentido desta posição está sendo dado pelos próprios dirigentes sindicais, que se vêm obrigados a adotar posições radicais (certamente

que pela metade, insinuando aos governantes que estão dispostos a neutralizar o avanço dos trabalhadores e mostrando sua disposição a discutir setorialmente a solução do conflito), isto pela poderosa pressão das bases sindicais, que lhes obriga a violentar toda a sua conduta tradicional.

Antes as massas preferiam receber alguns pequenos benefícios em troca de seus deméritos e se inclinavam a resolver seus problemas setorialmente, por ser mais fácil e porque as autoridades faziam concessões em troca de debilitar os conflitos globais. Agora acontece o contrário, são essas massas radicalizadas quem impede que seus dirigentes concluam com os conflitos setorialmente.

Está demonstrado que a radicalização das massas persiste e que essa tendência instintiva luta por avançar, vencendo todos os obstáculos que possam imaginar as autoridades.

Mas, o governo passou ao ataque e persiste em seu empenho de dividir as massas e de impor-lhes suas decisões, porque compreende que disso depende a vitória de seus planos, a materialização de seu programa antinacional e antipopular.

As particularidades do sindicalismo boliviano, que não conta com fundos de greve, que é débil economicamente, potenciam a desvantagem do tempo na luta das massas. A prolongação do conflito atual por muito tempo pode tornar-se derrota. O afloramento da pressão das bases sobre a burocracia sindical pode concluir ajudando às manobras desta para fragmentar o movimento e inclusive para impor os desígnios governamentais.

Transcrita do jornal *Massas*, do POR boliviano, de 11 a 17 de novembro de 1993